ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
LEI 1587 DE 27 DE MAIO 2024

Fica autorizado o poder Executivo Municipal Regulamenta a execução de música ao vivo, propaganda volante e qualquer sistema de ampliação mecânica de som, por bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias, cantinas, danceterias, pubs, flutuantes, casas de festas ou eventos e similares no município de CANDEIAS DO JAMARI, e dá outras providências.”

A PRESIDENTE INTERINA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI, JUCILENE MARQUES MORAES, no uso de suas atribuições legais. Em conformidade com Art. 153, §6º do Regimento Interno, e Art. 72 §1º b e §3º, §5º da Lei Orgânica do Município de Candeias do Jamari-RO.

FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI RO, aprovou e é promulgada a seguinte. LEI.

Art. 1º. Os bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias, cantinas, danceterias, pubs, flutuantes, casas de festas ou eventos e similares no âmbito do município de Candeias do Jamari, que ofereçam música ao vivo ou qualquer sistema de ampliação mecânica do som a seus clientes, em suas dependências, ficam sujeitos ao atendimento das seguintes condições de funcionamento:

I — De domingo a terça-feira, para os estabelecimentos comerciais abertos ou fechados, o horário limite para este serviço será as 22h (vinte e duas horas);

II — Às quartas-feiras e quintas-feiras, para os estabelecimentos comerciais abertos ou fechados, o horário limite para este serviço será as 00h (meia-noite);

III — Às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, para os estabelecimentos comerciais abertos ou fechados o horário limite para este serviço será a 04 h (quatro horas) da manhã.

IV — Fica estabelecido que para execução da música ao vivo, se enquadrará conforme os horários estabelecidos no incisos I, II e III, exceto em caso de evento publico específico ou temporários com autorização a ser expedida pelo Poder Executivo.

§. 1º-. Os estabelecimentos a que se refere o caput deverão

observar os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados pela Lei nº. LEI Nº 133, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998.

Art 2º. Não se enquadram nesta Lei os estabelecimentos fechados que possuírem tratamento acústico com especificação técnica comprovada, que poderão ter funcionamento diferenciado de acordo com alvará específico a ser expedido pelo Poder Executivo.

Art. 3º. O funcionamento dos estabelecimentos a que se refere o art. 1º, nas condições nele previstas, que irá possuir entretenimento e musica ao vivo, dependerá que seu alvará conste em sua especificação

Parágrafo Único. A autorização mencionada no caput deverá constar no Alvará de Licença do estabelecimento e ser afixada em local visível.

Art. 4º A autorização mencionada no art. 2º, não se aplica aos estabelecimentos que possuam sonorização para fins de composição de ambiente, tais como bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas com entretenimento, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, desde que possuam o devido alvará de funcionamento válido para as atividades desenvolvidas no local.

a sonorização para fins de composição de ambiente se caracteriza por sistemas de som de baixas emissões (televisores, caixas acústicas de

baixa potência e similares), distribuídos na área do estabelecimento de forma a restringir suas emissões e atender aos limites estabelecidos na Lei nº. LEI Nº 133, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998

Art. 5º. Em caso de fiscalização, fica obrigado o órgão fiscalizador emitir uma notificação ao proprietário do estabelecimento.

– Prazo de até 30 (trinta) dias para defesa prévia após a notificação
Os órgãos fiscalizadores ficaram impedidos de conduzir o proprietário e seus equipamentos sonoros, caso a documentação do empreendimento esteja dentro das conformidades desta lei em vigor neste município Art. 6º- É permitida a propaganda volante para a divulgação de mensagens comerciais, esportivas, culturais, religiosas e de interesse comunitário, obedecidos os requisitos de limite de decibéis para a atividade será o estabelecido através de Resolução do CONTRAN - Resolução nº 204, de 20 de outubro de 2006

Somente será permitida a sonorização de rua e propaganda volante, nos horários compreendidos entre as 08h e 19h, de segunda a sábado, e das 9h as 18h domingos e feriados, locais ou não.

Art. 7º - Fica proibida promover sonorização volante, a menos de 100m (Cem metros) de distância, nas proximidades de escolas, creches, hospitais, tribunais, capelas mortuárias, templos religiosos, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Fórum de Justiça, Delegacia de Polícia, Quartéis e todas as demais repartições públicas, nas horas de funcionamento e permanentemente, no caso de hospitais e sanatórios.

No período eleitoral prevalecerão as determinações da Justiça Eleitoral da Comarca do Estado de Rondonia.

Art. 8º As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam os infratores, isolada ou cumulativamente, às seguintes penalidades:

- Advertência, com fins orientativos e não punitivos;
- multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicada em caso de não se manifestar no prazo de até 30 (trinta) dias. ;
- Caso comprovado que o empreendimento não esta dentro das conformidades da lei municipal vigente, terá a Suspensão da permissão de execução de música ao vivo, até que se regularize;
- Suspensão do alvará de licença pelo período de 30 (trinta) dias, em caso de nova reincidência;
- Cassação do alvará de licença, se constatado, pelo agente de fiscalização, o desenvolvimento de atividade comercial durante a suspensão do alvará de licença.

Art. 9º. Caberá às Secretaria de Meio Ambiente, a fiscalização do Município de Candeias do Jamari para autuação em caso de descumprimento da presente Lei.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário a esta lei.

Candeias do Jamari ro, 27 de maio de 2024.

JUCILENE MARQUES MORAES
Presidente Interina / CMCJ/2024

Publicado por:
Lucimaura Pinto Martins
Código Identificador:B1921297

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 28/05/2024. Edição 3735
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>